

**20. RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE RELATIVO PREVENÇÃO DE RISCOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA RELATIVO AO ANO DE 2016 - PLANO DE RISCOS 2016:**

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal, o Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos da Câmara Municipal de Braga, relativo ao ano de 2016, documento que aqui se dá como reproduzido e transcrito e vai ser assinado em pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado por todos os membros na reunião.



**Despacho:**

---

**ASSUNTO:** PLANO DE RISCOS 2016 - GRAU DE EXECUÇÃO DAS MEDIDAS

**Exmo. Sr. Presidente**

Na sequência da recolha dos relatórios parciais por cada um dos responsáveis/ chefes de serviço relativamente à execução do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas de 2016 e, após ter a DISIQ dado um prazo para validação do grau de execução das medidas aos respetivos dirigentes e responsáveis da tutela, cremos ser de remeter à consideração do Sr. Presidente, o presente relatório relativo ao ano 2016.

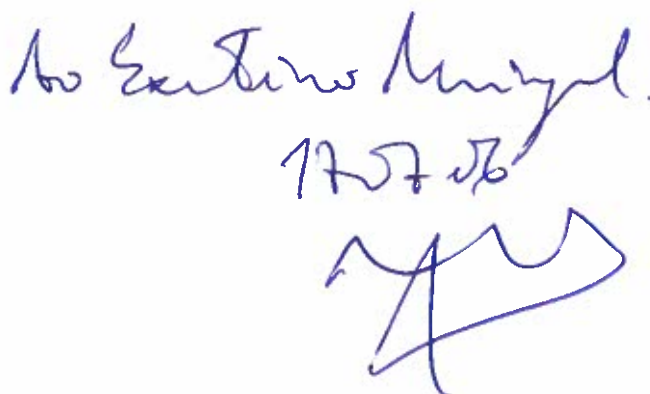
Após aprovação pelo Sr. Presidente, o mesmo deve ser submetido a de reunião de Câmara, para posterior envio ao Tribunal de Contas (TC) e outras entidades que superintendem e supervisionam a administração local, por recomendação emanada pelo TC.

À consideração,

Divisão de Inovação, Sistemas de Informação e Qualidade

Braga, 05 de julho de 2017

  
(Teresa Pestana)

  
1757 JB



**Relatório anual de execução do Plano de Prevenção de  
Riscos de Gestão da  
Câmara Municipal de Braga  
2016**

**Câmara Municipal de Braga**

**Divisão de Inovação, Sistemas de Informação e Qualidade**



**Relatório anual de execução do Plano de Prevenção de  
Riscos de Gestão da  
Câmara Municipal de Braga  
2016**

**Câmara Municipal de Braga**

**Divisão de Inovação, Sistemas de Informação e Qualidade**

## Índice

<b>1. Enquadramento .....</b>	<b>3</b>
<b>2. Monitorização por unidade orgânica.....</b>	<b>3</b>
<b>3. Balanço geral dos resultados .....</b>	<b>23</b>

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 1 – Identificação do Risco – Área – Recursos Humanos.....</b>	<b>5</b>
<b>Tabela 2 – Identificação do Risco – Área – Contabilidade e Financeira. ....</b>	<b>7</b>
<b>Tabela 3 – Identificação do Risco – Área – Inovação e Sistemas de Informação. ....</b>	<b>8</b>
<b>Tabela 4 – Identificação do Risco – Área – Educação e Desporto. ....</b>	<b>10</b>
<b>Tabela 5 – Identificação do Risco – Área – Cultura.....</b>	<b>11</b>
<b>Tabela 6 – Identificação do Risco – Área – Turismo. ....</b>	<b>12</b>
<b>Tabela 7 – Identificação do Risco – Área – Jurídico e Contencioso. ....</b>	<b>13</b>
<b>Tabela 8 – Identificação do Risco – Área – Licenciamento, Projeto e Planeamento.....</b>	<b>14</b>
<b>Tabela 9 – Identificação do Risco – Área – Fiscalização.....</b>	<b>15</b>
<b>Tabela 10 – Identificação do Risco – Área – Contratação Pública. ....</b>	<b>16</b>
<b>Tabela 11 – Identificação do Risco – Área – Ambiente e Espaços Verdes.....</b>	<b>17</b>
<b>Tabela 12 – Identificação do Risco – Área – Polícia Municipal. ....</b>	<b>18</b>
<b>Tabela 13 – Identificação do Risco – Área – Património.....</b>	<b>19</b>
<b>Tabela 14 – Identificação do Risco – Área – Património Viaturas. ....</b>	<b>20</b>
<b>Tabela 15 – Identificação do Risco – Área – Apoio às Freguesias.....</b>	<b>21</b>
<b>Tabela 16 – Identificação do Risco – Área – Transversais. ....</b>	<b>22</b>

## **1. Enquadramento**

Em cumprimento da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de Julho de 2009, publicada na 2ª Série do Diário da República n.º 140, de 22 de Julho de 2009, deve ser elaborado um relatório anual sobre a execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) da entidade. O relatório de execução deve identificar as situações potenciadores de riscos e aferir o grau de execução das medidas propostas para combater a sua ocorrência. Nesse sentido, o presente relatório procura:

1. Agregar e sistematizar toda a informação obtida no âmbito da implementação do PGRCIC em 2016, com vista à aferição do grau de execução das medidas adotadas, no sentido da prevenção do risco;
2. Apurar o grau de execução do plano em cada um dos serviços;
3. Identificar as medidas adotadas e aquelas que ainda não foram iniciadas, em cada um dos serviços;
4. Verificar se o PGRCIC, de uma forma geral, foi cumprido. Relembremos que o PGRCIC da CMB foi revisto em 15/07/2016, dado que, de uma maneira geral, a definição de algumas das medidas suscitava algumas dúvidas relativamente à sua identificação e implementação. Na elaboração deste relatório de execução participaram os dirigentes e chefes de serviço todas as unidades orgânicas da Câmara Municipal de Braga. A recolha de informação pelos serviços e a elaboração do presente relatório foi feita pela Divisão de Inovação, Sistemas de Informação e Qualidade, serviço responsável pela monitorização do grau de execução do plano. Procede-se de seguida à apresentação da monitorização do PGRCIC em 2014, 2015 e 2016.

## **2. Monitorização por unidade orgânica**

Neste ponto do Relatório são apresentadas as tabelas de monitorização do PGRCIC da CMB, com a indicação dos riscos, as medidas propostas e o seu grau de execução.

**Área - Recursos Humanos**

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	MEDIDAS PROPOSTAS	Cumprimento (*)			GRAU DE EXECUÇÃO EM 2016	RESPONSÁVEIS
		T	P	NI		
Violação de deveres de imparcialidade nos procedimentos concursais	Nomeação de júris diferenciados para cada concurso		X		Medida parcialmente executada.  A nomeação de júris diferenciados por concurso está a ser executada em conformidade com a medida. Esta prática é consultável nos despachos dados.	DRH Dra. Graça Ribeiro
	Recurso preferencial a pelo menos um membro do júri e/ou especialista externo à Unidade Orgânica ou ao Município, conforme o tipo de concurso e quando não seja exigível legalmente não comporte custos adicionais		X		Medida parcialmente executada.  Recurso preferencial a pelo menos um membro do júri e/ou especialista externo à Unidade Orgânica ou ao Município, está a ser executada em conformidade com a medida. Esta prática é consultável nos despachos dados.	
	Reforço na implementação dos procedimentos que definem a tramitação do processo com grelhas de avaliação bem definidas		X		Medida parcialmente executada.  A criação de grelhas está a ser executada em conformidade com a medida. Esta grelha de avaliação foi melhorada tornando-se mais precisa e detalhada. Esta prática é consultável nos ficheiros dos processos de concurso.	
	Verificação no âmbito das auditorias internas, por amostragem a promover, num período aleatório	X			Medida executada.  Mensalmente os RH enviam o processamento de saírios à Contabilidade e é auditado pelos Revisores Oficiais de Contas e pela tutela, no âmbito das auditorias que realizam ao município.	
Possibilidade de serem processados pagamentos indevidos a trabalhadores	Segregação de funções e rotatividade dos colaboradores		X		Medida parcialmente executada.  Alguns dos colaboradores efetuaram rotatividade de funções.	

Possibilidade de análise e justificação de faltas indevida ou inadequada	Verificação no âmbito das auditorias internas, por amostragem a promover, num período aleatório	X		Medida parcialmente executada. Na medida em que ainda não foi constituída a equipa de auditoria. No entanto em 2016 o DRH passou a ter procedimentos próprios para validação da assiduidade.
Registo do tempo de serviço e controlo de assiduidade indevido ou inadequado	Revisão de regras e procedimentos para implementação no sistema de registo biométrico existente	X		Medida executada. Foram definidas regras e procedimentos para a implementação do sistema de controlo de assiduidade.
	Integração automática da informação da assiduidade na aplicação de processamento de vencimentos		X	Medida não executada. Com a alteração de plataforma SGP, não foi possível avançar com esta integração.
Acesso indevido a informação e quebra de sigilo	Reforçar e implementar medidas de acesso restrito na aplicação informática de gestão de recursos humanos (GRH)	X		Medida executada. A DISIQ criou grupos com permissões de acesso diferenciados nesta plataforma (DRH) e com alteração do ERP foram mantidos os controlos de acesso.

**Tabela 1 – Identificação do Risco – Área – Recursos Humanos.**

(\*) T = Totalmente executada; P = Parcialmente executada; e NI = Não iniciada.

**Área - Contabilidade e Financeira**

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	MEDIDAS PROPOSTAS	Cumprimento (*)			GRAU DE EXECUÇÃO EM 2016	RESPONSÁVEIS
		T	P	NI		
Apropriação de receita - anulação de guias/faturas	Definir os procedimentos a realizar para a devida anulação da receita (ex. Sempre que um funcionário anule um recibo deverá emitir listagem de recibos anulados, anexar original e duplicado do recibo, justificar o motivo da anulação e entregar ao responsável do serviço ou funcionário designado, para conhecimento. Justificar por escrito e pedir autorização para efetuar a respetiva anulação ao responsável do Serviço ou quem o substitua; controlo da utilização do sistema informático de faturação; conferência diária dos valores recebidos, com folhas de caixa discriminativas, pelo responsável dos serviços ou funcionário designado para tal)		X		Medida parcialmente executada.  Foram definidos procedimentos e foram feitos relatórios e auditada a aplicação até 2015. Esta medida deve manter-se para o próximo plano.  A DISIQ fez mapas de toda a receita e o seu estado.  Em 2016 não foi executado, devido à alteração de aplicação. Devido este processo ser retomando quando a migração estiver estabilizada.	DF
	Auditar periodicamente a receita através da aplicação informática (CASO - GPR receita)				Medida executada.	
	Implementação do procedimento a adotar no caso de falha no sistema informático.	X			Foi implementado o procedimento em 2015, que deveria como atuar em caso de falha do sistema.	
Apropriação de receita - sem emissão de guia/fatura	Existência de livros de registo de receita manuais (guias/faturas)			X	Medida não iniciada. Não houve necessidade tendo em consideração o procedimento acima previsto.	Tesouraria Rosa Silva
	O registo das guias/faturas no sistema informático (CASO) deverá ser efetuado logo que este esteja operacional	X			Medida executada.  Passou a estar integrado no procedimento de falha de sistema.	

Apropriação de receita – numerário	Aumentar o nº de serviços abrangidos pelos pagamentos por multibanco		X		Medida parcialmente executada. Em 2016 aumentaram o número de serviços por pagamento MB. Mas ainda não abrange todos os serviços	DF ---
Desvios no cálculo das taxas de saída	Implementação de mecanismos de cálculo automático das taxas de saída		X		Medida parcialmente executada. Existem vários tipos de serviço onde o cálculo de saída é automático, mas ainda não abrange todos os serviços.	
Discrecionalidade na priorização dos pagamentos	Auditar periodicamente as ordens de pagamento emitidas, identificando as respetivas datas de entrada na contabilidade		X		Medida parcialmente executada. Apesar de todo o processo ser auditado pelo ROC, não se atingiu o objetivo que era ter uma equipa de auditores.	DPCG ---
Efetuar pagamentos sem prévio cabimento (Lei dos Compromissos)	Auditar periodicamente as ordens de pagamento Garantir a elaboração de procedimentos e relatórios documentados para a necessidade de alteração de cabimentação e justificação do motivo da alteração		X		Medida parcialmente executada. Apesar de todo o processo ser auditado pelo ROC, não se atingiu o objetivo que era ter uma equipa de auditores.	
Deficiência ao nível da inventariação das isenções concedidas	Implementar uma solução que permita controlar todas as isenções concedidas (manual/automática)	X			Medida executada. A Divisão Financeira informa todas as isenções e tem um ficheiro que permite fazer esse controle – elabora um mapa de controlo com todas as isenções.	DPCG ----

**Tabela 2 – Identificação do Risco – Área – Contabilidade e Financeira.**

(\*) T = Totalmente executada; P = Parcialmente executada; e NI = Não iniciada.

## Área - Inovação e Sistemas de Informação

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	MEDIDAS PROPOSTAS	Cumprimento (*)			GRAU DE EXECUÇÃO EM 2016	RESPONSÁVEIS
		T	P	NI		
Ausência de interoperabilidade aplicacional	Avaliação de possibilidade de maior integração aplicacional	X			Medida executada. Foi feita uma avaliação de toda a integração das plataformas, com a mudança de ERP passou a haver maior integração das aplicações de gestão. Medida executada.	DISIQ Teresa Pestana
Perda de informação	Execução e verificação mensal das cópias de segurança	X			A DISIQ recebe alertas diariamente sobre o estado das cópias de segurança. Medida executada.	
Utilização Indevida das ferramentas não licenciadas	Monitorização periódica aleatória do uso indevido de ferramentas não licenciadas	X			Continuam a ser feitas monitorizações de software não legal. Medida executada.	
Resistência à mudança pelas unidades orgânicas	Promover ações de formação/promoção que permitam reduzir a resistência à mudança na introdução dos sistemas de informação	X			Foram realizadas ações de formação, nomeadamente nas novas plataformas.	DISIQ Teresa Pestana DMGAP Miguel Guimarães
Incorreção e desatualização dos conteúdos WEB que se refiram ao BU	Atualização de todos os conteúdos WEB referentes ao Balcão Único sempre que necessário	X			Medida executada. Sempre que houve alterações, as mesmas foram ao serviço responsável pela atualização e executadas.	DAC Liliana Veiga

Tabela 3 – Identificação do Risco – Área – Inovação e Sistemas de Informação.

(\*) T = Totalmente executada; P = Parcialmente executada; e NI = Não iniciada.

**Área - Educação e Desporto**

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	MEDIDAS PROPOSTAS	Cumprimento (*)			GRAU DE EXECUÇÃO EM 2016	RESPONSÁVEIS
		T	P	NI		
Atribuição dos subsídios escolares indevidos	Implementação de uma maior intervenção do município no sentido de aferir a credibilidade dos documentos, e o subsídio atribuir. Os documentos solicitados (IRS, documento Segurança Social, documento desemprego, atestado residência) aferem o escalão. Se for entregue por escrito uma informação/reclamação de sinais exteriores de riqueza de qualquer beneficiário, encaminhar-se-á para a Ação Social para futuro inquérito socioeconómico.	X			Medida executada.  A DE procede à averiguação e análise trimestral da declaração de desemprego no caso do requerente não apresentar a declaração atualizada, os serviços têm legitimidade para cessar o subsídio.	
Atribuição dos subsídios transporte indevidos	Implementação de mecanismos internos de cálculo automático de distâncias para a atribuição de subsídios de transporte (evitando o cálculo manual e probabilidade de erros)  Definir uma data limite de entrega dos requerimentos para a atribuição dos subsídios de transporte  Para evitar os erros nos cálculos das distâncias a divisão de educação, solicitará por escrito aos TUB/EM as respetivas distâncias para a atribuição correta dos subsídios  Verificação no âmbito das auditorias periódicas, por amostragem a promover, num período aleatório.		X		Medida parcialmente executada.  Foram definidos mecanismos internos onde foram identificados prazos e regras.  Para evitar os erros nos cálculos das distâncias, a DE, solicita por escrito aos TUB/EM as respetivas distâncias para a atribuição correta dos subsídios.  Não foi constituída nenhuma equipa auditora interna para efetuar auditorias.	DE Goretti Araújo
Informação eventualmente inadequada sobre refeições dadas nas escolas	Elaboração de um regulamento municipal de atribuição de subsídios	X			Medida executada.  Elaborado o regulamento.	DDJA Rosa Canário DSJC Isilda Castro

Entrega indevida de subsídios	Registo e verificação mensal de todos os documentos entregues pelas associações, clubes	X			Medida executada.	DDJA
					Todas as entidades que se candidatam a subsídios são registadas em plataforma, em conformidade com o regulamento. Através da mesma os serviços aleatoriamente consultam.	Rosa Canário DE Goretti Araújo DC Sílvia Faria

**Tabela 4 – Identificação do Risco – Área – Educação e Desporto.**

(\*) T = Totalmente executada; P = Parcialmente executada; e NI = Não iniciada.

**Área - Cultura**

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	MEDIDAS PROPOSTAS	Cumprimento (*)			GRAU DE EXECUÇÃO EM 2016	RESPONSÁVEIS
		T	P	NI		
Utilização indevida de equipamentos	Criação de registos diários e relatórios mensais, com supervisão do superior hierárquico (vereador)	x			Medida executada. Existem registos informáticos para comprovar esta ação. Fonte de verificação: Gestão Documental, E-mails, Mapas/Inventários	DC Sílvia Faria
Falta de consistência dos critérios de concessão dos apoios aos agentes culturais.	Elaboração de normas e protocolos de concessão de apoios financeiros com discriminação dos tipos de atividade cultural e seus valores	x			Medida executada. Foi elaborado o regulamento de atribuição de Apoios às Associações. Todas as informações prestadas por este serviço no âmbito dos processos constam dos respetivos sistemas informáticos. Fonte de verificação: Gestão Documental, Arquivo físico.	DC Sílvia Faria
Erros de classificação dos documentos na Gestão Documental	Revisão ao classificador existente na GD (Gestão Documental)  Está a ser criado um novo classificador: Plano de Classificação da Informação Arquivística para a Administração Local utilizando a Macroestrutura Funcional (MEF) – Estrutura semântica para a classificação dos documentos produzidos pelos organismos e serviços da Administração Pública (Central e Local) Prevê-se o uso obrigatório no prazo de 2 anos		x		Medida parcialmente executada.  Está a ser criado um novo classificador: Plano de Classificação da Informação Arquivística para a Administração Local utilizando a Macroestrutura Funcional (MEF) – Estrutura semântica para a classificação dos documentos produzidos pelos organismos e serviços da Administração Pública (Central e Local) Prevê-se o uso obrigatório no prazo de 2 anos	DC Sílvia Faria Salomé Sousa
Utilização e conservação de documentos indevida ou inadequada	Ações regulares de verificação do cumprimento das regras de manuseamento e utilização dos documentos	x			Medida executada. São efetuadas diversas ações de verificação de manuseamento dos documentos.	

**Tabela 5 – Identificação do Risco – Área – Cultura.**

(\*) T = Totalmente executada; P = Parcialmente executada; e NI = Não iniciada.

**Área - Turismo**

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	MEDIDAS PROPOSTAS	Cumprimento (*)			GRAU DE EXECUÇÃO EM 2016	RESPONSÁVEIS
		T	P	NI		
Desvio de existências	Registos informáticos ou manuais de todos os stocks e respetivas vendas (com indicação do tipo de material, a descrição, o valor, a data de venda)	x			<p>Medida Executada</p> <p>Existem registos informáticos para a Gestão de Stocks e respetivas Vendas.</p> <p>Fonte de verificação: Plataforma IGWEB, Gestão Documental e outros em formato Excel/Word.</p>	<p><b>DAAE</b></p> <p>Filomena Alves</p>

**Tabela 6 – Identificação do Risco – Área – Turismo.**

(\*) T = Totalmente executada; P = Parcialmente executada; e NI = Não iniciada.

**Área - Jurídico e Contencioso**

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	MEDIDAS PROPOSTAS	Cumprimento (*)			GRAU DE EXECUÇÃO EM 2016	RESPONSÁVEIS
		T	P	NI		
Conflito de interesses na análise e informação de processos	Disponibilização de toda a informação de carácter administrativo, nos termos do estabelecido na Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), constante dos processos administrativos que tramitam na Divisão  Apresentação da declaração de registo de interesses				Medida executada. i. Todas as informações prestadas por esta DSIC no âmbito dos processos constam dos respetivos sistemas informáticos. Fonte de verificação: GD E GU Visando a partilha de conhecimentos e a uniformização de procedimentos são pontualmente disponibilizados a todos os colaboradores pareceres e notas explicativas. Fonte de verificação: Pareceres jurídicos - notas explicativas. ii. Apresentação da declaração de registo de interesses é exarada no próprio processo administrativo pelo próprio colaborador a quem possa ter sido distribuído o processo, que acarreta como imediata consequência a sua distribuição para outro colega.	<b>DMGAP</b> Miguel Guimarães  <b>DSIC</b> Isilda Castro
Possibilidade de redução da qualidade e quantidade dos estudos e pareceres, decorrentes do excesso de volume de trabalho	Acesso e pesquisa de informação científica atualizada  Formação Profissional adequada  Definição de um quadro de objetivos claros, com definição de prazos	x			Medida executada. iii. Acesso e pesquisa de informação atualizada: frequência de cursos de formação/workshop/seminários; articulação com a escola de direito da Universidade do Minho, divulgação mensal de lenewsletter jurídica, com vista a enriquecer os conhecimentos de todos os colaboradores que possa refletir-se num trabalho com qualidade, mediante o estrito cumprimento da lei. iv. Formação profissional adequada e definição dum quadro de objetivos claros. Fonte de verificação: SIADAP, certificados de formação dos colaboradores constantes dos respetivos processos individuais.	

**Tabela 7 – Identificação do Risco – Área – Jurídico e Contencioso.**

(\*) T = Totalmente executada; P = Parcialmente executada; e NI = Não iniciada.

**Área - Licenciamento, Projeto e Planeamento**

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	MEDIDAS PROPOSTAS	Cumprimento (*)			GRAU DE EXECUÇÃO EM 2016	RESPONSÁVEIS
		T	P	NI		
Cumpridade entre os intervenientes na apreciação e decisão e os interessados	Rotatividade permanente dos técnicos na apreciação dos processos, exceto nos casos em que não exista mais do que um técnico com competência na matéria  Distribuição dos trabalhos de projeto e de Licenciamento, de maior complexidade e/ou dimensão a mais do que um técnico para a respetiva realização conjunta, promovendo o trabalho em equipa e a melhoria da eficiência		x		Medida parcialmente executada.  Relativamente à rotatividade dos fiscais/técnicos, não há rotatividade mas está a ser feita em equipa. Existe apenas rotatividade das freguesias.	DMUOP Zamith Rosas  DPCHGCH Pedro Lopes
Não cumprimento das atividades/objetivos inicialmente definidos	Justificação fundamentada por parte dos técnicos, das situações em que se verifique atraso no cumprimento dos prazos para apreciação de processos de urbanismo			x	Medida não iniciada.  No entanto verificou-se que a taxa de não cumprimento das atividades/ objetivos inicialmente definidos é muito reduzida (5%).  Medida executada.	
Discrepância na elaboração de planos, estudos e projetos, que poderão propiciar o favorecimento ou desfavorecimento de terceiros	Não apreciação urbanística de planos, estudos e projetos municipais por parte dos respetivos autores.	x			Quem elabora os projetos não os analisa.	
Possibilidade de erros nos cálculos das taxas de saída.	Automatizar as taxas de saída				Medida não iniciada.	DMUOP Zamith Rosas
Favorecimento dos proprietários dos terrenos nas decisões de classificação dos solos e índices de construção	Ações de participação pública no processo de revisão  Divulgação pública das decisões em todas as fases do processo de revisão do PDM		x		Como o ERP foi alterado não foi possível a automatização das taxas de saída, mas foi realizada uma verificação manual do cálculo.  Medida parcialmente executada.  Houve participação pública de todos os intervenientes mas não houve divulgação no sítio em concreto, porque verificou-se a consulta constante de todas as fases do processo.	DMGAP Miguel Guimarães  DPRRU Filomena Farinhas

**Tabela 8 – Identificação do Risco – Área – Licenciamento, Projeto e Planeamento.**  
(\*) T = Totalmente executada; P = Parcialmente executada; e NI = Não iniciada.

**Área - Fiscalização**

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	MEDIDAS PROPOSTAS	Cumprimento (*)			GRAU DE EXECUÇÃO EM 2016	RESPONSÁVEIS
		T	P	NI		
Cumplicidade entre os intervenientes na apreciação e decisão e os interessados	Rotatividade permanente dos técnicos na apreciação dos processos, exceto nos casos em que não exista mais do que um técnico com competência na matéria		X		Medida parcialmente executada. Não há rotatividade dos técnicos que apreciam os processos, mas o técnico responsável vai sempre acompanhado.	DGU Nuno Monteiro
Ausência de "ferramentas" para o controlo das ações efetuadas	Propor a criação de mapas das ações de controlo efetuadas	X			Medida executada.	DF Bárbara Magalhães
Fiscalização Reduzida	Incremento anual do objetivo relativo à meta de ações de controlo a efetuar anualmente em sede de SIADAP-1	X			São registadas todas as ações de controlo. Medida executada. Tem sido aumentado progressivamente o número das ações de controlo.	

Tabela 9 – Identificação do Risco – Área – Fiscalização.

(\*) T = Totalmente executada; P = Parcialmente executada; e NI = Não iniciada.

**Área - Contratação Pública**

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	MEDIDAS PROPOSTAS	Cumprimento (*)			GRAU DE EXECUÇÃO EM 2016	RESPONSÁVEIS
		T	P	NI		
Ausência de avaliação dos fornecedores	Implementação de um sistema de avaliação de fornecedores, criando check-list de avaliação e credenciação dos fornecedores, sujeita a atualização periódica		X		Medida parcialmente executada. A avaliação dos fornecedores foi uma medida implementada, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade e é realizado o controlo neste âmbito. Não abrangendo todos os fornecedores Medida não iniciada.	DPCG Carlos Meireles DMOSM Alzira Torres
Favorecimento de fornecedores - aquisições diversas ao mesmo fornecedor e repetição do procedimento ao longo do tempo	Reforço na rotatividade dos fornecedores de serviços e implementação de sistema de controlo de montantes totais adjudicados em ajustes por fornecedor			X	Com a mudança de plataforma não foi possível realizar o controlo de montantes totais adjudicados em ajustes por fornecedor. Medida parcialmente executada.	DPCG Carlos Meireles DMOSM Alzira Torres
Ausência de avaliação dos procedimentos pré-contratuais e de execução do contrato	Definição dos procedimentos pré-contratuais e de execução do contrato com identificação e caracterização das anomalias e desvios e apresentação de medidas de correção a implementar em procedimentos futuros.		X		No âmbito das empreitadas é feito um controlo pelo serviço, no entanto não existe um procedimento executado. Medida executada.	DPCG Carlos Meireles DMOSM Alzira Torres
Possibilidade de aplicação de materiais de outra qualidade, sem a devida correção do valor contratual	Todas as alterações de materiais devem ser sujeitas à aprovação da fiscalização e do autor do projeto, sendo sempre devidamente documentadas.	X			Medida executada. As alterações são realizadas em conformidade.	DPCG Carlos Meireles DOP Gaspar Silva
Faturação de "trabalhos a mais"	Maior fiscalização nas empreitadas com fundamentação por escrito da causa da faturação de "trabalhos a mais"	X			Medida executada. No que respeita não houve aprovação de trabalhos a mais, em 2016. Não foi autorizada a alteração de materiais pelo Gestor de Fiscalização.	DPCG Carlos Meireles DOP Gaspar Silva

**Tabela 10 – Identificação do Risco – Área – Contratação Pública.**

(\*) T = Totalmente executada; P = Parcialmente executada; e NI = Não iniciada.

**Área - Ambiente e Espaços Verdes**

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	MEDIDAS PROPOSTAS	Cumprimento (*)			GRAU DE EXECUÇÃO EM 2016	RESPONSÁVEIS
		T	P	NI		
Utilização indevida de equipamentos e plantas para fim que não o benefício público	Realização de inventários permanentes, supervisionados superiormente, com atualização periódica	X			Medida executada.  Durante o ano de 2015 foi realizado o levantamento do inventário e durante o ano de 2016 foi sempre mantido e atualizado o referido inventário.  Medida executada.	DAEV António Vivas
Ausência de "ferramentas" para controlo das ordens de trabalho agendadas e inexistência de monitorização e controlo das datas e dos locais	Criação de Mapas de Planeamento das Tarefas Repetitivas  Criação de modelos de Rood-Book (registos da periodicidade da jardinagem por área de trabalho)	X			Em 2016 foram definidos mapas com o planeamento das tarefas e com acompanhamento periódico.	

**Tabela 11 – Identificação do Risco – Área – Ambiente e Espaços Verdes.**

(\*) T = Totalmente executada; P = Parcialmente executada; e NI = Não iniciada.

**Área - Polícia Municipal**

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	MEDIDAS PROPOSTAS	Cumprimento (*)			GRAU DE EXECUÇÃO EM 2016	RESPONSÁVEIS
		T	P	NI		
Registo e cobrança de autos	Não levantamento de autos				Medida parcialmente executada.	PM Firmino Marques
			x		Foi criada a opção de amostragem por agente embora impossibilite a filtragem temporal. Com a adesão ao novo sistema informático de processamento C.O. ao Código de Estrada (Scot) prevê-se que estejam disponíveis várias opções estatísticas, nomeadamente a referida.	
	Cobrança não depositada oportuna e integralmente				Medida parcialmente executada.	
			x		Equipou-se a esquadra e a viatura reboque com multibanco portátil. Está em processo a aquisição de mais um multibanco portátil para equipar uma viatura auto de apoio aos agentes em serviço na rua e foram definidos processos.	
	Incumprimento de prazos/prescrição				Medida parcialmente executada.	
			x		A medida foi trabalhada para implementação em 2014 mas, no entanto, a mesma acabou por ficar parada, uma vez que por imposição legal a Polícia Municipal terá que aderir a um sistema que já prevê esse tipo de alertas (Scot).	
	Falta de controlo dos autos anulados	x			Medida executada.  Existe apenas um colaborar com permissão para anulação de processos, existindo um registo mensal dos processos anulados e qual o motivo da anulação.	

**Tabela 12 – Identificação do Risco – Área – Polícia Municipal.**

(\*) T = Totalmente executada; P = Parcialmente executada; e NI = Não iniciada.

## Área - Património

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	MEDIDAS PROPOSTAS	Cumprimento (*)			GRAU DE EXECUÇÃO EM 2016	RESPONSÁVEIS
		T	P	NI		
Transferência de bens entre diferentes serviços (localizações) sem comunicação e atualização do inventário	Implementação de medidas de controlo permanente, designadamente de entrada e saída de bens  Elaboração de comunicado a todos os serviços da obrigatoriedade de comunicar à DPA das transferências de localização dos bens e equipamentos  Realização de ações regulares de verificação dos bens (periodicamente por amostragem /anualmente) – por uma equipa exterior no âmbito das auditorias externas		X		Medida parcialmente executada.  Para alguns bens, tais como, informáticos, culturais e outros, foram definidas medidas e registos sempre que há entrada e saída de bens.  Foi elaborado um comunicado de como proceder nas transferências de bens.	DACPGP Domingos Lopes
Extravio de bens e equipamentos	Realização de ações regulares de verificação dos bens (periodicamente por amostragem /anualmente) – por uma equipa exterior no âmbito das auditorias externas			X	Medida não iniciada.  Não foi possível contratar equipas externas para realizar a auditoria.	Todas as UO's
Bens abatidos indevidamente	Realização de ações regulares de verificação dos bens (periodicamente por amostragem /anualmente) – por uma equipa exterior no âmbito das auditorias externas			X	Medida não iniciada.  Não foi possível contratar equipas externas para realizar a auditoria.	Equipa Auditora Externa
Risco de apropriação indevida dos bens e equipamentos	Realização de ações regulares de verificação dos bens (periodicamente por amostragem /anualmente) – por uma equipa exterior no âmbito das auditorias externas			X	Medida não iniciada.  Não foi possível contratar equipas externas para realizar a auditoria.	

**Tabela 13 – Identificação do Risco – Área – Património.**

(\*) T = Totalmente executada; P = Parcialmente executada; e NI = Não iniciada.

**Área - Património Viaturas**

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	MEDIDAS PROPOSTAS	Cumprimento (*)			GRAU DE EXECUÇÃO EM 2016	RESPONSÁVEIS
		T	P	NI		
Ausência de registos de uso da frota automóvel	Elaboração de um regulamento interno de uso de viaturas do município	X			Medida executada. Foi elaborado regulamento interno de uso de viaturas do município.	DGEM Joaquim Gomes DSJC Isilda Castro
	Verificação periódica dos registos de uso da frota automóvel	X			Medida executada. Foi implementado o procedimento.	DGEM Joaquim Gomes
	Prospecção de hipóteses de implementação de GPS nas viaturas	X			Medida executada. Foram avaliados várias soluções existentes no mercado para implementação de GPS nas viaturas.	

**Tabela 14 – Identificação do Risco – Área – Património Viaturas.**

(\*) T = Totalmente executada; P = Parcialmente executada; e NI = Não iniciada.

## Área - Apoio às Freguesias

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	MEDIDAS PROPOSTAS	Cumprimento (*)			GRAU DE EXECUÇÃO EM 2016	RESPONSÁVEIS
		T	P	NI		
Ausência de "ferramentas" para controlo das fiscalizações agendadas e inexistência de monitorização e controlo das datas e dos locais.	Criação de mapas mensais de fiscalizações efetuadas  Criação de registos diários das tarefas dos técnicos que comprovem a execução do plano mensal				Medida executada.	DAF
		X			As técnicas afetas às obras, elaboram diariamente autos mensais e informações técnicas referentes a cada obra.	
Apresentação de despesas pelas Juntas de Freguesias cujo descritivo das intervenções executadas nas faturas não corresponde aos trabalhos realizados e fiscalizados por técnicos do município	Efetuar mais fiscalização às obras e comparar com os descritivos das despesas apresentadas	X			Medida executada.  Foi criado um ficheiro Excel/GD para apoio ao controlo da execução de obras que monitoriza e controla as datas e os locais. Para 2017 temos envidado esforços para que os projetos passem para o controlo municipal.	

**Tabela 15 – Identificação do Risco – Área – Apoio às Freguesias.**

(\*) T = Totalmente executada; P = Parcialmente executada; e NI = Não iniciada.

**Área - Transversais**

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	MEDIDAS PROPOSTAS	Cumprimento (*)			GRAU DE EXECUÇÃO EM 2016	RESPONSÁVEIS
		T	P	NI		
Utilização indevida do fundo de manei	Registo e justificação periódica do valor utilizado, com supervisão do respetivo superior hierárquico (Vereador/Assessor/Dirigente)	X			Medida executada. Sempre que é utilizado o fundo de manei fica registado.	Todas as UO que recebem FM
Falta de controlo do consumo de Papel	Monitorizar o consumo de papel			X	Medida não iniciada. Com a mudança do sistema não foi possível executar a monitorização.	DACPGP Domingos Lopes Todas as UO
Falta de controlo dos consumíveis	Monitorizar mensalmente os consumos de consumíveis Entrega de recipientes ou materiais sem produto ou danificados para substituição ou reposição	X			Medida executada. O sistema de printing é controlado por software e todos os trimestres são enviados relatórios às Unidades Orgânicas, para controle.	DISIQ Teresa Pestana Todas as UO
Falta de uniformização dos procedimentos	Todos os serviços do município devem enviar para à DISIQ os pedidos de alteração pretendidos (Cabe à Divisão de Inovação Sistemas de Informação e Qualidade a tarefa de uniformização dos procedimentos /requerimentos/ workflows/templates)	X			Medida executada. Todos os procedimentos remetidos à DISIQ foram implementados e é um processo contínuo.	DISIQ Teresa Pestana Todas as UO
Falta de monitorização/formação com vista a assegurar um serviço mais eficiente nos vários domínios do município	Propor a realização de ações de formação para a generalidade dos colaboradores, em áreas como a ética, a deontologia, os direitos e deveres dos funcionários, os modelos de gestão e serviço público, licenciamento zero, modernização administrativa, boas práticas, entre outras	X			Medida executada. Foram propostos ao longo deste período várias ações de formação nas mais diversas áreas. A formação é um processo contínuo.	DRH Graça Ribeiro Todas as UO

**Tabela 16 – Identificação do Risco – Área – Transversais.**

(\*) T = Totalmente executada; P = Parcialmente executada; e NI = Não iniciada.

### **3. Balanço geral dos resultados**

A execução/implementação, em 2016, das medidas propostas no PGRIC pode considerar-se, de uma forma geral, bem-sucedida. Os relatórios parciais (elaborados por unidade orgânica) determinam o grau de execução de todas as medidas propostas, explicitam os mecanismos da sua implementação e indicam os meios disponíveis de verificação das mesmas. Os relatórios referem também, quando aplicável, os constrangimentos que levaram à não implementação de algumas medidas inicialmente previstas para 2016.

A maioria das medidas do plano foi implementada ou encontra-se em fase de implementação, devendo assegurar-se a sua continuidade, sempre que aplicável. Foram detetadas, por outro lado, algumas situações que terão de ser revistas. Sendo este um processo em melhoria contínua, após a análise dos dados da monitorização, e tendo em conta os pareceres dos responsáveis pela execução do plano, considera-se necessário proceder a uma nova revisão. Será necessário aproximar, em alguns casos, algumas das medidas às especificidades de cada serviço e/ou propor a implementação de novas medidas. Dever-se-á, igualmente, ter em conta as alterações estruturais decorrentes da reorganização dos serviços municipais.

Nos termos do PGRIC, coube à Divisão de Inovação, Sistemas de Informação e Qualidade (DISIQ) a realização de reuniões de acompanhamento e monitorização do plano e a elaboração deste relatório anual sobre a execução do mesmo, a ser enviado ao Tribunal de Contas, Inspeção Geral das Finanças, Inspeção Geral da Administração Local e Ministério dos Assuntos Parlamentares.

Braga 5 de julho de 2017,

---

(Teresa Pestana)

### **3. Balanço geral dos resultados**

A execução/implementação, em 2016, das medidas propostas no PGRIC pode considerar-se, de uma forma geral, bem-sucedida. Os relatórios parciais (elaborados por unidade orgânica) determinam o grau de execução de todas as medidas propostas, explicitam os mecanismos da sua implementação e indicam os meios disponíveis de verificação das mesmas. Os relatórios referem também, quando aplicável, os constrangimentos que levaram à não implementação de algumas medidas inicialmente previstas para 2016.

A maioria das medidas do plano foi implementada ou encontra-se em fase de implementação, devendo assegurar-se a sua continuidade, sempre que aplicável. Foram detetadas, por outro lado, algumas situações que terão de ser revistas. Sendo este um processo em melhoria contínua, após a análise dos dados da monitorização, e tendo em conta os pareceres dos responsáveis pela execução do plano, considera-se necessário proceder a uma nova revisão. Será necessário aproximar, em alguns casos, algumas das medidas às especificidades de cada serviço e/ou propor a implementação de novas medidas. Dever-se-á, igualmente, ter em conta as alterações estruturais decorrentes da reorganização dos serviços municipais.

Nos termos do PGRIC, coube à Divisão de Inovação, Sistemas de Informação e Qualidade (DISIQ) a realização de reuniões de acompanhamento e monitorização do plano e a elaboração deste relatório anual sobre a execução do mesmo, a ser enviado ao Tribunal de Contas, Inspeção Geral das Finanças, Inspeção Geral da Administração Local e Ministério dos Assuntos Parlamentares.